

Interior

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS, NOS TERMOS DO ART. 52, § 1º DA LEI Nº 11.101/2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA (CNPJ nº 02.026.255/0001-59), SUDOESTE TRANSPORTES LTDA (CNPJ nº 02.343.801/0001-85), SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA (CNPJ nº 12.542.685/0001-87) - GRUPO SUDOESTE.

A DOUTORA JOSEANE CATUSSO KROLL, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE FRANCISCO BELTRÃO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, pelo presente edital, expedido conforme o contido no artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, que ficam cientes quaisquer credores, terceiros e interessados que, neste Juízo, tramitam os autos de nº **0004171-21.2023.8.16.0083**, de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, ajuizada na data de 12/06/2023, por **VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.026.255/0001-59, com endereço na Avenida Luiz Antônio Faedo, nº 2332, bairro São Cristóvão, no Município de Francisco Beltrão/PR, CEP: 85.601-27; **SUDOESTE TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.343.801/0001-85, com endereço na Avenida Luiz Antônio Faedo, nº 2332, bairro São Cristóvão, no Município de Francisco Beltrão/PR, CEP: 85.601-27; **SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.542.685/0001-87, com endereço na Avenida Luiz Antônio Faedo, nº 2332, bairro São Cristóvão, no Município de Francisco Beltrão/PR, CEP: 85.601-27. Nesta oportunidade, **adverte-se sobre o PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS para apresentação das habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados, se necessário, na forma do art. 7º, §1º, da Lei 11.101/2005, os quais deverão conter os requisitos previstos pelo art. 9º da mesma lei, DIRETAMENTE JUNTO À ADMINISTRADORA JUDICIAL M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, cujo representante legal e profissional responsável pela condução do processo se dá na pessoa do Dr. MARCIO ROBERTO MARQUES, advogado regularmente inscrito no OAB/PR sob o nº 65.066 e OAB/SP sob o nº 459.319, telefones (44) 3226-2968 / (41) 3206-2754 / (44) 99127-2968, através do endereço eletrônico gruposudoeste@marquesadmjudicial.com.br, ou pessoalmente no endereço da sede na Avenida Cândido de Abreu, nº 776, sala 1306, Edifício World Business, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba/PR, ou na filial à Avenida Mauá, nº 2720, Zona 03, CEP 87050-020, na cidade de Maringá/PR. Ademais, as eventuais habilitações ou divergências também podem ser realizadas diretamente no site da Administradora Judicial <https://marquesadmjudicial.com.br/>, na aba "requerimentos" / "habilitação e divergências de crédito". Ademais, ressalta-se que eventuais habilitações ou divergências apresentadas diretamente nos autos ou por dependência, durante a fase administrativa de verificação de crédito, não serão aceitas. No que tange aos créditos trabalhistas, para fins de apresentação de habilitação ou divergência, faz-se necessário a existência de sentença líquida e exigível (com trânsito em julgado), com valor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial. Ainda, adverte-se aos credores sobre o **PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, para manifestar ao Juízo sua objeção ao Plano de Recuperação Judicial que será apresentado nos autos pelas Recuperandas nos termos do art. 55 da Lei 11.101/2005. Tudo em conformidade com o resumo da petição inicial e da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial.

RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL: A empresa foi fundada em 01 de setembro de 1997, oriunda da cisão de uma empresa que já atuava no ramo, da qual seus atuais proprietários eram sócios. Inicialmente atuou apenas na área de transporte coletivo de passageiros, atendendo a região sudoeste do Estado do Paraná, compreendida entre as cidades de Francisco Beltrão, Cascavel e Laranjeiras do Sul, operando também uma linha interestadual ligando as cidades de Nova Prata do Iguaçu/PR, e Joinville/SC. Em setembro de 2002, expandiu suas atividades dando início ao transporte de cargas secas e fracionadas, contando atualmente com representação em todo o Estado do Paraná, Santa Catarina e grande São Paulo. Inicialmente atuou apenas na área de transporte coletivo de passageiros, atendendo a região sudoeste do Estado do Paraná, compreendida entre as cidades de Francisco Beltrão, Cascavel e Laranjeiras do Sul, operando também uma linha interestadual ligando as cidades de Nova Prata do Iguaçu/PR, e Joinville/SC. Em setembro de 2002, expandiu suas atividades dando início ao transporte de cargas secas e fracionadas, contando atualmente com representação em todo o Estado do Paraná, Santa Catarina e grande São Paulo. A partir de 2006, deu um grande passo, investindo pesado em infraestrutura, como sistema de informações, frota, expansão de unidades e gestão de pessoas. Assim, em virtude da extensa trajetória percorrida pelo Grupo Transporte Sudoeste, com zelo e dedicação, construiu um nome que hoje é referência entre as principais empresas do ramo no Estado do Paraná. Contudo, foram fortemente impactadas pelos nefastos efeitos da pandemia e necessitaram ativar a função jurisdicional do Estado para continuar mantendo suas atividades em funcionamento e preservando o desenvolvimento profissional e pessoal de inúmeros trabalhadores que têm nas Requerentes o seu sustento, principalmente em épocas de crise, como a qual atravessamos. O Grupo Sudoeste Transportes presta serviços de forma ininterrupta desde 1997, sendo 25 (vinte e cinco) anos de serviços considerados essenciais, prestados com qualidade e excelência. Considerando que os serviços são regulados pela ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestres, além dos órgãos estaduais e federais, e sendo

exigência a manutenção ininterrupta das lindas atendidas, a queda no número de passageiros transportados, além da elevação do custo em mais de 35% do seu principal insumo, o óleo diesel, comprovam a inequívoca crise financeira que se instalou no Grupo Sudoeste Transporte, chegando a gerar uma perda de faturamento de R\$ 6 milhões de reais, porém com o mesmos custo operacional, valor este que se aproxima à elevação do endividamento no mesmo período, comprovando e materializando a constituição e instalação da crise financeira do Grupo Sudoeste Transportes. Embora mantendo a qualidade dos seus serviços, a frota atualizada e as rotas previamente determinadas, após anos de arrocho nas tarifas, de elevação na quantidade de isenções e diminuição de usuários em todo o setor de transporte público de passageiros, a empresa passou a enfrentar dificuldades para equacionar os seus custos elevados, com a gradativa diminuição de suas receitas. Importante destacar que esse fenômeno não é particular do Grupo Sudoeste Transportes, mas sim de uma crise generalizada em todo o setor de transporte coletivo de passageiros, que vem sofrendo quedas significativas no número de usuários em todo o país. Assim, e após meses de rigorosos estudos, readequações, simulações e projeções financeiras, lamentavelmente o Grupo Sudoeste Transportes constatou que não possui condições de continuar a sua operação sem o auxílio de um procedimento que lhe permita renegociar o seu endividamento e proteger seus ativos. Após inúmeros meses de fechamento de seus balanços e demonstrativos de resultados apontando números negativos, além do agravamento da crise brasileira a níveis catastróficos em razão da notória pandemia enfrentada, o Grupo Requerente pesou a tradição de sua marca, o potencial de recuperação que possui o mercado, a superação da crise política e financeira que o nosso país atravessa, e optou por requerer o benefício constante na Lei 11.101/2005. Apesar de tudo, acredita-se ser transitória a atual situação e que esse estado de gravidade é passageiro, visto já estarem em curso as medidas administrativas e financeiras necessárias ao equilíbrio da receita com suas despesas, para sanear atual situação de crise. Portanto, o grupo requer: o recebimento do presente pedido de Recuperação Judicial e, no caso de entender pela necessidade de realização da perícia prévia, conceder a tutela de urgência pleiteada, antecipando os efeitos do processamento da Recuperação Judicial, conforme autoriza o art. 6º, § 12 da LRF, para o fim de suspender o curso de todas as ações e execuções propostas em face das devedoras bem como declarar a essencialidade dos bens elencados na exordial, objetivando proteger as atividades das empresas Requerentes; determinar que a instituição financeira, itaú unibanco s/a, através da agência 1437, localizada nos endereços: 1) avenida antonio de paiva cantelmo, 622, centro, município de francisco beltrão/pr., cep: 85.601-270, e 2) rua guarani, 303, centro, município de pato branco/pr., cep: 85.501-050, devolva e libere imediatamente na conta corrente número 1437 08751-1, de titularidade da empresa requerente sudoeste transportes ltda. valor retido no presente momento de R\$ 727.957,09 (setecentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), e na conta corrente número 1437 25173-7, de titularidade da empresa requerente viação sudoeste transportes e turismo ltda. valor retido no presente momento de R\$ 2.178,21 (dois mil, cento e setenta e oito reais e vinte e um centavos), totalizando R\$ 730.135,20 (setecentos e trinta mil, cento e vinte e cinco reais e trinta centavos), referente aos recebíveis já retidos indicados na relação detalhada e nominal anexa, bem como se abstenha de efetuar a retenção dos recebíveis futuros (duplicatas/cheques/cartão de crédito), em virtude das travas bancárias existentes nas contas indicadas a partir do presente pedido de recuperação judicial, garantindo-se o seu direito de continuar sua atividade empresarial sendo impedida a retenção dos recebíveis futuros em conta vinculada (conta garantida), devendo os débitos existentes serem pagos no decorrer da recuperação judicial, além de liberar todo e qualquer acesso aos gerenciadores financeiros, sites do banco, meios eletrônicos e físicos para a recuperanda, sejam eles, movimentações bancárias, saques, TED's, compensações, folha de pagamento dos empregados e etc., sob pena de aplicação de multa diária, que se pede seja arbitrada por este Juízo; seja deferido, na forma do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento da Recuperação Judicial do GRUPO SUDOESTE TRANSPORTES; Juntamente com o deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, requer: seja autorizada consolidação substancial, diante do preenchimento dos requisitos do art. 69-J da LRF, a fim de ser aceito Plano de Recuperação Judicial único entre as empresas, com comunhão entre ativos e passivos, apresentação de Quadro Geral único, bem como Assembleia Geral de Credores e votação de forma unificada; seja determinada não interrupção dos serviços essenciais prestados às Requerentes, por credores que detenham créditos sujeitos à Recuperação Judicial; seja nomeado Administrador Judicial, a teor do art. 52, I, c.c. 21 da Lei 11.101/2005, fixando remuneração não superior ao montante de 1% (um por cento) do valor da dívida concursal, a ser satisfeito em 36 (trinta e seis) parcelas; seja determinada suspensão de todas as ações e execuções, que tiverem sido ajuizadas contra as Requerentes, na forma do artigo 6º da Lei 11.101/2005, bem como o desbloqueio dos ativos em nome das devedoras em quaisquer execuções em andamento, cujos créditos estiverem inseridos na presente Recuperação Judicial; seja determinada suspensão de todas as ações e execuções também em face dos sócios das Requerentes e demais garantidores relativos às operações sujeitas à presente Recuperação Judicial, nos termos do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005; seja consignada atribuição exclusiva desde d. Juízo para fins de avaliação de todo e qualquer ato que importe em constrição de patrimônio das empresas em Recuperação Judicial; seja declarada a essencialidade dos veículos de placas AIE-4886; AJE-9216; GVI-4322; GVI-4330; ABW-5607; AKV-6069; NEZ-0601; AYN-9855; AYN-9854; AYQ-1058; NEP-9579; NEP-9879; NXU-1781; ALQ-7052; LYF-3621; AFZ-8196; AOK-6G48; IZS-2C55; AMV-9527; JWG-3733; BDD-8E35; BCH-1199; AVW-8G49; BEV-3118; BEW-7A13; FCO-7H28; FPU-7138; GFQ-1H82; DMU-3420; EBQ-0270; AZM-3907; AXV-5813, determinando a manutenção na posse das Requerentes dos referidos bens essenciais, em respeito ao princípio da preservação da empresa, por tratar-se de bens essenciais à atividade econômica, nos termos da fundamentação aludida; sejam os credores advertidos

da necessidade de abstenção da busca de atos de constrição de bens contra as Recuperandas, em Juízo diversos, sob pena de aplicação da sanção contida no parágrafo 2º do art. 77 do CPC, consistente em imposição de multa de até 10% do valor da causa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis nas esferas processual, civil e criminal; seja determinada, com fulcro no art. 52, inciso II, da LRF, a dispensa das certidões negativas para que as Requerentes continuem exercendo suas atividades; c.10) Considerando que as Requerentes possuem como atividade o transporte rodoviário coletivo de passageiros, requer-se, liminarmente, determinação para que a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), bem como o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) se abstenham de criar impeditivos de quaisquer natureza para operação das empresas Requerentes VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., SUDOESTE TRANSPORTES LTDA., e SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA. em razão da presente Recuperação Judicial, bem como requer-se dispensa na apresentação de certidões negativas quando for necessária renovação do registro das Requerentes junto aos respectivos órgãos, possibilitando exercer suas atividades regularmente em pleno desenvolvimento; seja determinada abertura de incidentes processuais específicos para apresentação das contas demonstrativas mensais, bem como pedidos de habilitação, a fim de não tumultuar o processo principal; considerando a natureza da medida, com reflexos irradiantes e grande número de interessados, detentores de créditos vencidos e a vencer, a fim de evitar possíveis constrangimentos com credores que terão acesso ao sistema PROJUDI, requer-se, até a efetivação do despacho inicial, sejam os autos mantidos em segredo de justiça; seja determinada expedição de Edital para publicação no órgão oficial de imprensa e divulgação; seja concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação do plano de recuperação; ao final, seja por Vossa Excelência concedida a Recuperação Judicial, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005.

RESUMO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (mov. 37.1): Ante a exposição das causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira enfrentada pela requerente, com a juntada dos documentos impostos pelo artigo 51 da Lei nº 11.101/2005, recebo a inicial e determino o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL das empresas VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA, SUDOESTE TRANSPORTES LTDA e SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA. Procedo às seguintes medidas administrativas e judiciais: Nomeio M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA ADMINISTRADORA JUDICIAL, inscrita no CNPJ nº 07.166.865/0001-71, sob a responsabilidade do sócio Marcio Roberto Marques (OAB/PR nº 65.066), que deverá ser intimada para dizer se aceita o encargo (art. 21 da Lei n. 11.101/2005). Ressalta-se, neste ponto, que a nomeação anteriormente realizada para realização da perícia prévia não vincula a nomeação do administrador judicial que irá acompanhar o processamento da recuperação. Deste modo, não há obrigatoriedade em nomear os mesmos profissionais que realizaram a perícia prévia para o cargo de administrador judicial. Determino que a empresa autora, em conjunto com o administrador judicial, no prazo de 20 (vinte) dias, disponibilize em seu site, por intermédio de link próprio e de fácil entendimento, visualização das informações a respeito da recuperação judicial, para o fim de tornar públicos, de forma efetiva e transparente, todos os atos do presente procedimento, devendo tais informações ser constantemente atualizadas, no mínimo quinzenalmente, devendo constar informações a respeito das atualizações no relatório mensal do administrador. Autorizo a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a empresa autora exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios (art. 52, II, da Lei n. 11.101/2005). Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra as autoras, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações que demandarem quantia líquida, ações de natureza trabalhista e execuções fiscais (art. 6º da Lei n. 11.105/2005), bem como as relativas a créditos com garantia fiduciária de móveis ou imóveis, arrendamento mercantil, imóvel comprometido à venda em incorporações imobiliárias, com reserva de domínio e a contrato de câmbio para exportação (§§3º e 4º do art. 49 da Lei n. 11.105/2005), pelo prazo de 180 dias, exceto as previstas nos art. 6º §§ 1, 2º e 7º e 49, §§ 3º e 4º da Lei 11.101/2005, vedado a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capitais essenciais a sua atividade empresarial, art. 49, §3º. Determino à requerente a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. Anote-se que a apresentação de contas deverá ser endereçada ao incidente autuado especificamente para tanto; Nos termos do art. 69 da Lei n. 11.101/2005, determino que a autora, ao utilizar seu nome empresarial, passe a acrescentar, após este, a expressão "em Recuperação Judicial" em todos os atos, contratos e documentos que firmar; Nos termos do art. 66 da Lei n. 11.101/2005, após a distribuição do pedido de recuperação judicial, as recuperandas não poderão alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida por este juízo, depois de ouvido o comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial; Ressalvo que, tendo sido deferido o processamento da Recuperação Judicial nesta data, não poderá a autora desistir do pedido, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia-geral de credores. Intime-se o autor para no prazo de 60 dias apresentar plano de recuperação judicial, observando-se o art. 53 da Lei n. 11.101/05, sob pena de convalidação em falência. Ordeno a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterá: I - o resumo do pedido do devedor e da decisão que defere o processamento da recuperação judicial; II - a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito; III - a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art.7º, §1º, da LF, e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor nos termos do art. 55 da Lei de Falências. Determino que seja publicada

pelo Administrador Judicial a relação de credores (art. 7º, §2º, da Lei 11.101/05), no prazo de 45 dias, contados do fim do prazo previsto no §1º do art. 7. O prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados na exordial é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (Art.7º, §1º), sendo que o protocolo das petições deverá ser realizado no escritório do ADMINISTRADOR JUDICIAL, observados os requisitos do art. 9º. A partir deste momento, os credores que representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor total dos créditos de uma determinada classe poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia-geral para a constituição do Comitê de Credores ou substituição de seus membros. Determino a intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante o devedor, para divulgação aos demais interessados (art. 52, V, da Lei n. 11.101/2005). Determino que a Secretaria proceda ao apensamento eletrônico de todos os feitos eletrônicos que envolvem a parte requerente neste Juízo. Determino que a Secretaria junte aos autos certidão de todos os processos físicos que eventualmente tramitem neste juízo envolvendo a autora, devendo ser realizado o escaneamento e inserção no sistema PROJUDI de todos eles, com o devido apensamento eletrônico. Oficie-se à Junta Comercial para que seja procedida a anotação de que foi deferido o processamento da Recuperação Judicial da empresa autora (sede e todas as filiais), nos termos do art. 69, parágrafo único da Lei nº 11.101/2005. Solicite-se seja procedida a anotação, encaminhando a comprovação em 10 dias. Oficie-se a Junta Comercial da sede e de cada filial respectiva indicada na inicial. Indefiro o pedido para que o processo tramite em segredo de justiça, porque o caso não se amolda a nenhuma das hipóteses do art. 189 do CPC. Com efeito, consoante se infere da referida disposição legal, a regra é a publicidade do processo, não se enquadrando o processo de recuperação às exceções legais. Cumram-se as demais determinações pertinentes ao deferimento da recuperação judicial. À Secretaria para expeça competentes ofícios à eficácia dos deferimentos liminares concedidos pelo Juízo. À Secretaria para que promova as habilitações pertinentes. Intimações e diligências necessárias. Cumram-se, no que forem pertinentes, as determinações do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça e da Portaria nº 03/2016 desta Vara.

RELAÇÃO NOMINAL DE CREDITORES:

CLASSE I - CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA:

Recuperanda Viação Sudoeste Transportes E Turismo Ltda: Loreci Tranker (CPF nº 819.833.959-00) - R\$ 904,08; Maria Lucia Montanari (CPF nº 027.508.919-30) - R\$ 669,58; Tania Maria Moreschi (CPF nº 057.870.309-23) - R\$ 645,48.

Recuperanda Sudoeste Transportes Ltda: Diego Vinicius Amaral (CPF nº 008.392.299-76) - R\$ 830,01; Thiago Dias Junco (CPF nº 055.130.939-36) - R\$ 1.136,04.

Recuperanda Sud Log Transporte De Cargas Ltda: Anderson Luis Nuske (CPF nº 065.930.009-57) - R\$ 751,57; Eduardo Vinicius Horbach (CPF nº 102.917.639-60) - R\$ 842,19; Isaac Soares (CPF nº 058.771.299-61) - R\$ 831,32; Jonathan Darcy Dambroz (CPF nº 053.596.019-06) - R\$ 634,42; Renata Leite Cavejon (CPF nº 058.346.979-50) - R\$ 832,55; Sandra Regiane Faligurski (CPF nº 016.481.659-31) - R\$ 776,44.

CLASSE II - CRÉDITOS COM GARANTIA REAL:

Recuperanda Viação Sudoeste Transportes E Turismo Ltda: Banco Itau Unibanco S.A. (CNPJ nº 60.701.190/0001-04) - R\$ 305.044,30.

Recuperanda Sudoeste Transportes Ltda: Banco Do Brasil S.A (CNPJ nº 00.000.000/0001-91) - R\$ 824.399,68; Banco Itau Unibanco S.A. (CNPJ nº 60.701.190/0001-04) - R\$ 1.502.573,21; Banco Itaucard S.A. (CNPJ nº 17.192.451/0001-70) - R\$ 1.340.197,66; Coop. Cred. Da Região Sudoeste Do Parana Evolua (CNPJ nº 10.311.218/0001-10) - R\$ 161.587,46; Leandro Portela Catani (CPF nº 050.476.589-29) - R\$ 470.000,00.

Recuperanda Sud Log Transporte De Cargas Ltda: Amazonas Transportes Fretamento E Turismo (CNPJ nº 03.909.763/0001-48) - R\$ 426.958,97.

CLASSE III - CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS:

Recuperanda Viação Sudoeste Transportes E Turismo Ltda: Agricopec Comercio De Derivados De Petroleo Ltda (CNPJ nº 81.632.093/0016-55) - R\$ 2.704,32; Amazonas Transportes Fretamento E Turismo (CNPJ nº 03.909.763/0001-48) - R\$ 2.689,31; Banco Do Brasil S.A (CNPJ nº 00.000.000/0001-91) - R\$ 129.392,39; Banco Itau Unibanco S.A. (CNPJ nº 60.701.190/0001-04) - R\$ 49.076,88; Cattani Sul Transportes E Turismo Ltda (CNPJ nº 77.472.371/0001-09) - R\$ 1.164,34; Coop. Cred. Da Região Sudoeste Do Parana Evolua (CNPJ nº 10.311.218/0001-10) - R\$ 267.430,98; Grid Comercio De Lubrificantes Ltda (CNPJ nº 03.864.208/0001-47) - R\$ 6.833,72; Icalvel Veiculos Ltda (CNPJ nº 84.938.430/0001-49) - R\$ 23.902,53; Joacaba Pneus Ltda (CNPJ nº 84.587.245/0007-42) - R\$ 695,00; Marcopolo S.A. (CNPJ nº 88.611.835/0016-05) - R\$ 2.370,53; Pinhais Comercio Autopecas Ltda (CNPJ nº 07.980.029/0001-26) - R\$ 5.670,00; Pinheirinho Derivados De Petroleo Ltda (CNPJ nº 75.100.818/0001-85) - R\$ 63.254,64; Redisa Pneus Ltda (CNPJ nº 12.316.340/0001-05) - R\$ 3.410,00; Savana Comercio De Veiculos Ltda (CNPJ nº 24.706.364/0001-50) - R\$ 712,86; Sud Log Transporte De Cargas (CNPJ nº 12.542.685/0001-87) - R\$ 693.117,62; Sudoeste Transportes Eireli (CNPJ nº 02.343.801/0001-85) - R\$ 2.513.589,95.

Recuperanda Sudoeste Transportes Ltda: Agricopec Comercio De Derivados De Petroleo Ltda (CNPJ nº 81.632.093/0020-31) - R\$ 3.950,00; Auto Pecas Carretao Ltda (CNPJ nº 02.373.466/0001-68) - R\$ 860,00; Auto Posto Seis Primos (CNPJ nº 15.865.625/0001-93) - R\$ 8.097,29; Banco Do Brasil S.A (CNPJ nº 00.000.000/0001-91) - R\$ 1.534.011,68; Banco Itau Unibanco S.A. (CNPJ nº 60.701.190/0001-04) - R\$ 1.129.233,95; Bela Joia Comercio De Combustiveis Ltda (CNPJ nº 11.769.886/0001-59) - R\$ 3.845,98; Coop. Cred. Da Região Sudoeste Do Parana Evolua (CNPJ nº 10.311.218/0001-10) - R\$ 464.428,86; Corsul Comercio E Representacoes Do Sul Ltda (CNPJ nº 85.179.240/0001-58)

- R\$ 4.280,00; Crestani E Filhos Ltda (CNPJ nº 78.516.440/0006-06) - R\$ 3.661,32; Dinossauro Sul Comercio De Combustiveis E Lubrificantes Ltda (CNPJ nº 04.313.302/0001-70) - R\$ 3.857,02; Fleet Administração E Serviços Ltda (CNPJ nº 12.394.492/0001-26) - R\$ 157.749,51; Furgosul Industria De Implementos Rodoviaros Ltda (CNPJ nº 00.541.784/0001-65) - R\$ 850,50; Icavel Veiculos Ltda (CNPJ nº 84.938.430/0001-49) - R\$ 14.810,00; Industrias Reunidas Vitoria Regia Ltda (CNPJ nº 04.602.942/0001-09) - R\$ 2.503,68; Leandro Tartari E Cia Ltda - Me (CNPJ nº 02.501.783/0001-12) - R\$ 36.050,00; Marcelo Saggin (CPF nº 831.013.309-04) - R\$ 51.074,67; Pinhais Comercio Autopecas Ltda (CNPJ nº 07.980.029/0001-26) - R\$ 5.670,00; Pinheirinho Derivados De Petroleo Ltda (CNPJ nº 75.100.818/0001-85) - R\$ 106.404,78; Posto Aldo Maringa Ltda (CNPJ nº 09.428.424/0001-26) - R\$ 2.264,76; Posto Aldo Sao Jose Dos Pinhais Ltda (CNPJ nº 05.302.222/0001-82) - R\$ 38.950,91; Posto Copa (CNPJ nº 15.740.028/0001-32) - R\$ 181.094,09; Redisa Pneus Ltda (CNPJ nº 12.316.340/0001-05) - R\$ 15.323,50; Savana Comercio De Veiculos Ltda (CNPJ nº 24.706.364/0001-50) - R\$ 2.819,69; Savana Pneus Ltda (CNPJ nº 26.980.275/0001-22) - R\$ 72.282,50; Selbetti Tecnologia S.A. (CNPJ nº 83.483.230/0023-91) - R\$ 4.365,00; Servopa Caminhos Ltda (CNPJ nº 00.298.749/0012-10) - R\$ 486,00; Sirlei Saggin (CPF nº 396.096.939-20) - R\$ 32.900,00; Teckplast Comercio De Embalagens Ltda (CNPJ nº 15.299.107/0001-50) - R\$ 5.674,56; Viação Sudoeste Transportes E Turismo Ltda (CNPJ nº 02.026.255/0001-59) - R\$ 849.641,42.

Recuperanda Sud Log Transporte De Cargas Ltda: Amazonas Transportes Fretamento E Turismo (CNPJ nº 03.909.763/0001-48) - R\$ 1.654.432,95; Banco Do Brasil S.A (CNPJ nº 00.000.000/0001-91) - R\$ 33.831,20; Banco Itau Unibanco S.A. (CNPJ nº 60.701.190/0001-04) - R\$ 115.620,22; Coop. Cred. Da Região Sudoeste Do Parana Evoluia (CNPJ nº 10.311.218/0001-10) - R\$ 284.923,59; Sudoeste Transportes Eireli (CNPJ nº 02.343.801/0001-85) - R\$ 5.748.719,68.

CLASSE IV - CRÉDITOS ME/EPP:

Recuperanda Viação Sudoeste Transportes E Turismo Ltda: A Marmentini Produtos De Limpeza (CNPJ nº 15.918.893/0001-26) - R\$ 447,00; Alair Alberto Pereira Da Costa (CNPJ nº 44.245.618/0001-97) - R\$ 400,00; Araucaria Acrilicos Comercio E Beneficiamento Ltda (CNPJ nº 41.881.959/0001-60) - R\$ 638,00; Brilho Xike Produtos De Limpeza Ltda (CNPJ nº 01.265.254/0001-02) - R\$ 986,10; Comercio De Extintores Beltrão Ltda (CNPJ nº 75.671.313/0001-70) - R\$ 210,00; Comercio De Pecas E Mecanica Beltrao Ltda (CNPJ nº 16.785.502/0001-05) - R\$ 990,00; Fabian E Silvestre ME (CNPJ nº 09.045.868/0001-82) - R\$ 4.648,52; G. A. C Bolzan E Cia Ltda (CNPJ nº 07.438.945/0001-39) - R\$ 1.312,00; Jardim E Ferreira Ltda (CNPJ nº 14.801.457/0001-00) - R\$ 350,00; M. A. Emporio Da Limpeza Ltda (CNPJ nº 48.018.686/0001-74) - R\$ 656,50; Madebel Com. De Mat. Para Moveis (CNPJ nº 09.513.894/0001-98) - R\$ 1.208,50; Materiais Eletricos Estrela Guia Ltda (CNPJ nº 14.193.126/0001-34) - R\$ 349,51; Matheus Eduardo Bonato - Radiadores (CNPJ nº 37.721.670/0001-07) - R\$ 650,00; Ramalho Auto Eletrica Ltda (CNPJ nº 12.539.287/0001-01) - R\$ 220,00; Schneider Ferramentas (CNPJ nº 06.173.829/0001-72) - R\$ 663,00; Tnt Nitros Quimica Ltda (CNPJ nº 05.019.811/0001-58) - R\$ 708,32; Uildenei G J Uliana (CNPJ nº 04.048.343/0001-87) - R\$ 275,00.

Recuperanda Sudoeste Transportes Ltda: 36.633.522 Neivaldo Frederico Beck (CNPJ nº 36.633.522/0001-78) - R\$ 1.961,00; A. Henrique Busko De Souza - Mecanica Diesel (CNPJ nº 11.605.057/0001-30) - R\$ 1.495,40; Aliene Bobato Penteado (CNPJ nº 20.207.604/0001-10) - R\$ 623,40; Alvorada Distribuidora De Maquinas E Equipamentos Ltda (CNPJ nº 20.063.880/0001-52) - R\$ 175,89; America Comercio De Auto Pecas Ltda (CNPJ nº 23.704.460/0001-04) - R\$ 885,00; Antonio G. Vargas & Cia Ltda (CNPJ nº 11.430.455/0001-63) - R\$ 356,00; Auto Eletrica Ceretta Ltda (CNPJ nº 25.066.431/0001-81) - R\$ 295,00; Auto Vidros Petrich Ltda (CNPJ nº 02.488.163/0001-90) - R\$ 1.240,00; Bariviera, Pessatto & Cia Ltda (CNPJ nº 01.838.649/0001-49) - R\$ 281,00; Bruno Vieira Manganelli (CNPJ nº 06.044.310/0001-94) - R\$ 9.068,68; Comercio De Extintores Beltrao Ltda (CNPJ nº 75.671.313/0001-70) - R\$ 180,00; Comercio De Radiadores Cristo Rei Ltda (CNPJ nº 12.394.718/0001-99) - R\$ 1.750,00; Daniel Da Silva (CNPJ nº 40.397.009/0001-00) - R\$ 420,00; Econet Editora Empresarial Ltda (CNPJ nº 05.330.384/0001-24) - R\$ 246,55; Edilaine Padilha 08230807906 (CNPJ nº 30.225.308/0001-04) - R\$ 448,00; Eletro Beltrao Iluminação Ltda (CNPJ nº 43.784.601/0001-45) - R\$ 1.129,47; F. Costa Comunicacao Visual Ltda (CNPJ nº 28.737.700/0001-82) - R\$ 730,00; Fabian E Silvestre Me (CNPJ nº 09.045.868/0001-82) - R\$ 1.486,61; Formec Serviços Mecânicos Ltda (CNPJ nº 34.566.058/0001-19) - R\$ 3.937,55; G Lub Ltda (CNPJ nº 45.325.278/0001-77) - R\$ 9.540,60; G. A. C. Bolzan & Cia Ltda (CNPJ nº 07.438.945/0001-39) - R\$ 1.832,00; Gsp Industria De Confeccoes Ltda (CNPJ nº 03.503.479/0001-77) - R\$ 3.830,00; I Sirtoli E Cia Ltda (CNPJ nº 81.193.534/0001-83) - R\$ 12.706,00; Inovaflexo - Impressao De Rotulos E Etiquetas Ltda (CNPJ nº 23.103.329/0001-83) - R\$ 3.293,34; J C Siqueira - Versatil Dedetizadora (CNPJ nº 41.408.335/0001-20) - R\$ 580,00; J G S Ferramentas E Equipamentos Ltda (CNPJ nº 05.341.610/0001-72) - R\$ 3.091,00; Lisbor Comercio De Pneus Ltda (CNPJ nº 13.991.899/0001-01) - R\$ 57.082,00; M.A Dos Santos - Brindes (CNPJ nº 18.291.007/0001-75) - R\$ 4.144,98; Molas E Freios Nossa Senhora Aparecida Ltda (CNPJ nº 25.328.231/0001-50) - R\$ 2.400,00; Motiva Diesel Ltda (CNPJ nº 46.530.650/0001-40) - R\$ 180,00; Multi Acao - Produtos E Equipamentos Para Limpeza Ltda (CNPJ nº 73.244.337/0001-18) - R\$ 3.356,96; Parana Diresul Comercio & Servicos Ltda (CNPJ nº 18.367.293/0001-05) - R\$ 525,13; Paulo Roberto De Alcantara 70091412900 (CNPJ nº 17.620.727/0001-74) - R\$ 1.020,00; Plaslopes Comercio Ltda (CNPJ nº 10.848.698/0001-53) - R\$ 750,00; Posto De Molas Reis Ltda Me (CNPJ nº 03.838.025/0001-57) - R\$ 3.566,99; R. D. Comercio De Moveis Ltda (CNPJ nº 06.336.209/0001-07) - R\$ 253,00; R. S. Freios Ltda (CNPJ nº 17.591.221/0001-84) - R\$ 430,00; Rodrigo Luiz Wagner (CNPJ nº 09.540.950/0001-83) - R\$ 10.416,00; Samira Dallanora Pasini (CNPJ nº 07.492.289/0001-52) - R\$ 1.440,00; Saqueti & Bolach - Engenharia

Ambiental Ltda (CNPJ nº 32.064.174/0001-04) - R\$ 333,00; Uildenei G J Uliana (CNPJ nº 04.048.343/0001-87) - R\$ 700,00; V. A. Favarao & Cia Ltda (CNPJ nº 09.452.802/0001-07) - R\$ 157,86; Vcape Comercio De Pecas Para Veiculos Automotores Ltda (CNPJ nº 79.636.817/0001-00) - R\$ 298,58; Wellington Miguel Pivovar (CNPJ nº 21.440.230/0001-41) - R\$ 390,00.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma só vez no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná, e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta Comarca de Franciso Beltrão, do Estado do Paraná, aos 30 de junho de 2023.

JOSEANE CATUSSO KROLL

Juiza de Direito